

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO	
DEPARTAMENTO/SETOR: FACULDADE DE DIREITO	
UNIDADE ACADÊMICA: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDP/UFG	
CURSO: MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO	
DISCIPLINA: POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA: INTERFACES COM A GOVERNANÇA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 04	CARGA HORÁRIA TOTAL: 64
ANO/SEMESTRE: 2026.2	TURNO/TURMA: Vespertino
PROFESSOR(A): DR. PEDRO SÉRGIO DOS SANTOS E DRA. CLAUDIA LUIZ LOURENÇO	
II. EMENTA Coordenação Federativa das Políticas Penais, Prisionais e de Segurança Pública no Brasil. Políticas de segurança pública e governança da segurança pública. Políticas de Segurança Pública e Política Prisional. Fluxo do sistema de justiça criminal. Política carcerária. Estrutura e funcionamento organizacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e a execução penal. Gestão, planejamento e administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional-FUNPEN. Execução penal e boas práticas prisionais. O sistema penal brasileiro e as práticas internacionais. Estudo de casos em boas práticas prisionais. Análise jurídico-institucional e avaliação da política prisional brasileira a partir de estudos empíricos e evidências científicas (mais além das evidências políticas). Estatísticas criminais no Brasil. Redução da violência letal: prevenção e repressão qualificada. Letalidade na ação policial. Ouvidorias e corregedorias de polícia.	
III. OBJETIVO GERAL Promover a compreensão crítica e aprofundada das políticas criminais, penitenciárias e de segurança pública no Brasil, analisando sua coordenação federativa, funcionamento institucional, impactos sociais e desafios contemporâneos, com base em evidências científicas, estudos empíricos e boas práticas nacionais e internacionais.	
IV. OBJETIVOS ESPECÍFICOS • Examinar a coordenação federativa das políticas penais, prisionais e de segurança pública; • Analisar o fluxo do sistema de justiça criminal e sua relação com a política carcerária; • Compreender a estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP); • Estudar a gestão e administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN); • Avaliar boas práticas prisionais e experiências internacionais de execução penal; • Desenvolver capacidade de análise jurídico-institucional das políticas prisionais brasileiras com base em evidências científicas;	



- Interpretar estatísticas criminais e indicadores de violência no Brasil;
- Discutir estratégias de redução da violência letal, incluindo prevenção e repressão qualificada;
- Analisar criticamente a letalidade policial e os mecanismos de controle externo da atividade policial;
- Compreender o papel das ouvidorias e corregedorias de polícia;
- Produzir reflexão própria sobre temas do curso, culminando em apresentação oral ao final do semestre.

V. CONTEÚDO

- Coordenação federativa das políticas penais, prisionais e de segurança pública no Brasil: estrutura federativa; competências da União, estados e municípios; desafios de integração e articulação institucional.
- Políticas de segurança pública e governança da segurança pública: modelos de gestão; planejamento estratégico; instrumentos de governança; relação entre segurança pública e política prisional.
- Políticas de segurança pública e política prisional: interdependências; impactos das políticas de segurança no encarceramento; efeitos do ciclo penal sobre o sistema prisional.
- Fluxo do sistema de justiça criminal: etapas do processo penal; entradas, permanências e saídas do sistema prisional; gargalos institucionais; efeitos sobre a política carcerária.
- Política carcerária: fundamentos normativos; diretrizes nacionais; desafios contemporâneos; impactos sociais e institucionais.
- Estrutura e funcionamento organizacional do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC): competências legais; papel na formulação de políticas penais; resoluções e diretrizes; relação com a execução penal.
- Execução penal: princípios; legislação aplicável; práticas administrativas; desafios de implementação; mecanismos de fiscalização e controle.
- Gestão, planejamento e administração financeira do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN): fontes de recursos; critérios de repasse; execução orçamentária; transparência e controle; papel do FUNPEN na política prisional.
- Execução penal e boas práticas prisionais: modelos de gestão prisional; práticas humanizadas; programas de ressocialização; indicadores de qualidade; experiências exitosas.
- Sistema penal brasileiro e práticas internacionais: comparações internacionais; modelos de encarceramento; políticas de redução de danos; boas práticas globais. • Estudos de casos em boas práticas prisionais: análise de experiências nacionais e internacionais; avaliação de resultados; identificação de fatores de sucesso.
- Análise jurídico-institucional e avaliação da política prisional brasileira a partir de estudos empíricos e evidências científicas: metodologias de pesquisa; evidências científicas versus evidências políticas; avaliação de impacto; indicadores de desempenho institucional. • Estatísticas criminais no Brasil: fontes de dados; métodos de coleta; interpretação de indicadores; tendências criminais; desafios de confiabilidade e transparência. • Redução da violência letal: prevenção e repressão qualificada; políticas de redução de homicídios; estratégias de intervenção territorial; programas de prevenção situacional e social.
- Letalidade na ação policial: uso da força; protocolos operacionais; controle externo da atividade policial; impactos sociais e institucionais; indicadores de letalidade. • Ouvidorias e corregedorias de polícia: funções institucionais; mecanismos de *accountability*; processos de apuração; desafios



de implementação; papel na democratização da segurança pública.

VI. METODOLOGIA

1. Aulas dialogadas, com exposição dos conteúdos pelo professor e participação ativa dos estudantes, estimulando a construção coletiva do conhecimento.
2. Utilização do quadro para explicação da matéria, com elaboração de resumos, esquemas e mapas conceituais que auxiliem na visualização das estruturas do sistema penal e das políticas públicas.
3. Acompanhamento do ponto dado com a legislação aplicável, incluindo Constituição Federal, Lei Penal, Lei Processual Penal e normativas do Ministério da Justiça, promovendo a leitura orientada e a interpretação crítica dos dispositivos legais.
4. Emprego de metodologias ativas, tais como:
 - Aprendizagem baseada em problemas (PBL): análise de situações reais envolvendo políticas prisionais, segurança pública, letalidade policial e governança federativa;
 - Estudos de caso: investigação de experiências nacionais e internacionais de boas práticas prisionais, gestão do FUNPEN, atuação do CNPCP e políticas de redução da violência letal;
 - Debates estruturados: discussão de temas sensíveis como encarceramento em massa, violência policial, políticas de prevenção e governança da segurança pública;
 - Role-play / simulações: simulação de reuniões do CNPCP, audiências públicas, conselhos de segurança, ouvidorias e corregedorias;
 - Aprendizagem colaborativa: produção de análises em grupo sobre dados criminais, indicadores de violência e avaliações de políticas públicas;
 - Sala de aula invertida: leitura prévia de textos, relatórios e obras indicadas, com a aula dedicada à discussão crítica e aplicação prática dos conceitos.
5. Utilização de instrumentos suplementares, como artigos acadêmicos, relatórios oficiais, pesquisas empíricas, dados estatísticos, materiais audiovisuais, documentários e notícias atualizadas sobre segurança pública e sistema prisional.
6. Recursos audiovisuais, incluindo data show, vídeos, documentários e apresentações multimídia, para contextualizar temas como violência letal, políticas penitenciárias e governança da segurança pública.
7. Incentivo à pesquisa aplicada, com análise de evidências científicas, dados estatísticos e relatórios técnicos, promovendo a formação crítica e baseada em evidências.
8. Orientação contínua para elaboração do trabalho final, com acompanhamento individual e coletivo, visando o desenvolvimento de reflexão própria fundamentada em políticas públicas criminais, penitenciárias e de segurança pública.

VII. PROCESSOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As avaliações levarão em consideração os seguintes fatores:

1. Correção na realização da atividade proposta;
2. Tempestividade da entrega dos trabalhos. Não serão recebidas nem pontuadas atividades entregues fora do prazo, sem justificativa plausível e fundamentada, enviada ao email do professor claudia.luiz.lourenco@ufg.br até a data da aula seguinte à da entrega da atividade;
3. Fundamentação específica em políticas públicas criminais, penitenciárias e segurança pública demonstrando precisão na análise das situações problema indicadas nas



- atividades avaliativas, ideias claras; seleção dos fatos significativos, poder de argumentação jurídica; conhecimento doutrinário e jurisprudencial; terminologia adequada;
4. Abono de faltas mediante justificativa fundamentada, considerando-se apenas as previstas legalmente. Excepcionalidades podem ocorrer e serão resolvidas pontualmente;
 5. Não será aplicada atividade substitutiva.
 6. Comunicação com o professor exclusivamente através do email institucional ou representante de turma através de WhatsApp: 62 9 81161226.
 7. Serão realizadas leituras das seguintes obras, textos e filme:
 - a) BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Brasília, 2021.
 - b) MESSUTI, Ana. **O tempo como pena** – tradução Tadeu Antônio Dix Silva, Maria Clara Veronese de Toledo; prefácio Alberto Silva Franco – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
 - c) MOTTA, Roberto. **A Construção da Maldade** : como ocorreu a destruição da segurança pública brasileira– São Paulo: Faro editorial, 2022;
 - d) **PONTO DE MUTAÇÃO**. Direção de Bernt Amadeus Capra. Produção Atlas. Estados Unidos: [s.n.], 1990. 1 DVD (112 min), son, color.
 - e) SANTOS, Pedro Sérgio. Criminologia: literatura, violência rural e cangaço. **Revista Jurídica**, Ano III, número 3, Jan./2015 – ISSN2358-7070, p. 26-37.
 - f) SILVA, Dinis Carla Borghi da; SANTOS, Pedro Sérgio dos. **O direito achado na vila: de Canudos e Antônio Conselheiro**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca. Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/>
 - g) SILVA, Dinis Carla Borghi da. História da Prisão: apontamentos. Unesp – Franca. Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/> ([repositorio.unesp.br in Bing](https://repositorio.unesp.br/handle/11449/)) (busca institucional)
 - h) SOLJENÍTSYN, Alexander. **Arquipélago Goulag: um experimento de investigação artística 1918-1956** – tradução Lucas Simone com Irineu Franco Perpétuo, Francisco de Araújo, Odomiro Fonseca e Rafael Bonavina; prefácio Natália Soljenítsyn; posfácio Daniel Aarão Reis – edição abreviada – São Paulo: Carambaia, 1973;
 8. A avaliação consistirá na apresentação, oral e presencial, em novembro de 2026, de um texto elaborado pelo aluno sobre um dos temas tratados no semestre cuja escolha caberá ao próprio aluno.

VIII. CRONOGRAMA

Semana	Data	Tema
Aula inaugural	13/08/2026	Apresentação do curso, plano de ensino, critérios de avaliação, SIGAA e comunicação institucional. Noções gerais.
1ª semana	20/08/2026	Coordenação federativa das políticas penais e de segurança pública
2ª semana	27/08/2026	Governança da segurança pública e políticas prisionais
3ª semana	03/09/2026	Fluxo do sistema de justiça criminal
4ª semana	10/09/2026	Política carcerária e execução penal
5ª semana	17/09/2026	Estrutura e funcionamento do CNPCP



6ª semana	24/09/2026	Gestão e administração do FUNPEN
7ª semana	01/10/2026	Boas práticas prisionais – estudos de caso
8ª semana	08/10/2026	Sistema penal brasileiro e práticas internacionais
9ª semana	15/10/2026	Análise jurídico-institucional da política prisional
10ª semana	22/10/2026	Estatísticas criminais no Brasil
11ª semana	29/10/2026	Redução da violência letal
12ª semana	05/11/2026	Letalidade policial
13ª semana	12/11/2026	Ouvidorias e corregedorias
14ª semana	19/11/2026	Apresentação final – Avaliação individual
15ª semana	26/11/2026	Apresentação final – Avaliação individual
16ª semana	03/12/2026	Apresentações orais dos alunos

IX. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

BONIFÁCIO, Robert; ROCHA, Claudiney. Superlotação Carcerária Pós-estado de Coisas Inconstitucional (2015- 2018). Dialética: Belo Horizonte, 2020. Link (editora): <https://www.editoradialetica.com/>

BRASIL. Ministério da Justiça. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030**. Brasília, 2021. Acesso oficial: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seguranca-publica/plano-nacional> ([gov.br in Bing](#))

BRAVO, Omar A. Las prisiones de la locura, la locura de las prisiones. Editorial Grupo 5: Madrid. 2015. Link (editora): <https://www.grupo5.net/editorial/>

DIAS, Lúcia Lemos. A política de segurança pública entre o monopólio legítimo da força e os direitos humanos. Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Serviço Social. Recife: UFPE, 2010. Acesso: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3825> ([repositorio.ufpe.br in Bing](#))

GOMES, Geder L. R. Substituição da prisão: alternativas Penais, legitimidade e adequação. JUSPODIVM: São Paulo. 2008. Link (editora): <https://www.editorajuspodivm.com.br/> ([editorajuspodivm.com.br in Bing](#))

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghinringhelli de. Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014. Link (editora): <https://editoracontexto.com.br/> ([editoracontexto.com.br in Bing](#))

MESSUTI, Ana. **O tempo como pena** – tradução Tadeu Antônio Dix Silva, Maria Clara Veronese de Toledo; prefácio Alberto Silva Franco – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. Link (editora): <https://www.thomsonreuters.com.br/rt> ([thomsonreuters.com.br in Bing](#))

MIRANDA, Ana Paula; LIMA, Lana L. G. Políticas públicas de segurança, informação e análise criminal, Série Antropologia e Ciência Política, v. 43. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, 2020. Acesso: <https://www.editora.uff.br/>

MOTTA, Roberto. **A Construção da Maldade** : como ocorreu a destruição da segurança pública brasileira– São Paulo: Faro editorial, 2022. Link (editora): <https://faroeditorial.com.br/>

PONTO DE MUTAÇÃO. Direção de Bernt Amadeus Capra. Produção Atlas. Estados Unidos: [s.n.], 1990. 1 DVD (112 min), son, color. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0100360/>

RUIZ, Jefferson L. ABRANTES, Márcia M. O sistema prisional brasileiro e a COVID-19. LIBERTAS. Revista da Faculdade de Serviço Social. UFJF. n. 2, 2020. Disponível em:



<https://periodicos.ufg.br/index.php/libertas/article/view/31922>.

SANTOS, Pedro Sérgio. Criminologia: literatura, violência rural e cangaço. **Revista Jurídica**, Ano III, número 3, Jan./2015 – ISSN2358-7070, p. 26-37. Acesso: <https://revistajuridicaonline.com/>

SILVA, Dinis Carla Borghi da; SANTOS, Pedro Sérgio dos. **O direito achado na vila: de Canudos e Antônio Conselheiro**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca. Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/>

SILVA, Dinis Carla Borghi da; SANTOS, Pedro Sérgio dos. **O direito achado na vila: de Canudos e Antônio Conselheiro**. Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Franca. Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/>

SILVA, Dinis Carla Borghi da. História da Prisão: apontamentos. Unesp – Franca. Acesso em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/>

SOLJENÍTSYN, Alexander. **Arquipélago Goulag: um experimento de investigação artística 1918-1956** – tradução Lucas Simone com Irineu Franco Perpétuo, Francisco de Araújo, Odomiro Fonseca e Rafael Bonavina; prefácio Natália Soljenítsyn; posfácio Daniel Aarão Reis – edição abreviada – São Paulo: Carambaia, 1973. Link (editora): <https://www.carambaia.com.br/>

SPANIOL, Marlene. Políticas Municipais de Prevenção à Violência no Brasil: Desafios e Experiências no Campo de Segurança. Edipucrs. Porto Alegre. 2019. Link (editora): <https://editora.pucrs.br/>

SULOCKI, Victoria-Amália de Barros Carvalho G. de. Segurança Pública e Democracia: aspectos constitucionais das políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Link (editora): <https://lumenjuris.com.br/>

VASCONCELOS, J. P. Política Penitenciária: ação dos conselhos da comunidade e sua correlação com a taxa de ocupação do cárcere em goiás, de 2017 a 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós Graduação em Direito e Políticas Públicas, Goiânia, 2020. Acesso: [https://repositorio.bc.ufg.br/\(repositorio.bc.ufg.br in Bing\)](https://repositorio.bc.ufg.br/(repositorio.bc.ufg.br%20in%20Bing))

VIGGIANO. Fernando Braga. Criminologia e Política Criminal: aportes críticos sobre o sistema penitenciário feminino. Tese. Doutorado em Direito. Universidade de São Paulo. 2016. Acesso: <https://www.teses.usp.br/>

YOUNG, J. A sociedade excludente. Revan: Rio de Janeiro, 2015. Link (editora): [https://www.editorarevan.com.br/\(editorarevan.com.br in Bing\)](https://www.editorarevan.com.br/(editorarevan.com.br%20in%20Bing))

* O cronograma poderá ser alterado no decorrer do período letivo.